

Artigo

DETERMINANTES DA OBESIDADE INFANTIL: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA

DETERMINANTS OF CHILDHOOD OBESITY: A PUBLIC HEALTH PROBLEM

Ana Karla de Lira¹
Deyse Caroline Correia de Souza²
Vanessa Meira Cintra³

RESUMO: Introdução: A obesidade é um risco a saúde, atualmente a mesma é tratada como uma epidemia e por isso que a OMS relata que é um caso de saúde pública. **Objetivo:** identificar fatores determinantes do sobrepeso e obesidade na infância. **Método:** Os critérios de inclusão foram artigos em português e publicados no período de 2015 a 2019, sendo inseridos artigos originais, estudos transversais, estudos ecológicos e coorte. Contudo, os de exclusão foram artigos relacionados a animais ou adultos, de revisão bibliográfica, monografias, estudos de caso e estudo experimentais ou que trabalhou outras doenças de base que levam a obesidade. Diante disto, o estudo realizado foi através de uma revisão literária sistemática. **Resultados:** Analisou-se um quantitativo de 09 artigos relacionados a aspectos nutricionais e hábitos alimentares de crianças com obesidade e a obesidade infantil como problema de saúde pública. Onde foi observado que grande parte dos autores trata a obesidade como uma epidemia, tornando-se um caso de saúde pública, que requer cuidado maior, por se tratar de uma doença que traz muitos malefícios a saúde da criança e que pode perdurar até a vida adulta prejudicando a qualidade de vida. **Conclusão:** evidenciou-se que todos os estudos tratam a obesidade infantil com um assunto alarmante e prejudicial a vida da criança, que na fase escolar é um dos índices mais altos de aumento de peso, devido ao consumo desenfreado de ultraprocessados e açúcares, que a família é a base de melhoria dos hábitos alimentares e

¹ Acadêmica do curso de Graduação em Nutrição, Faculdade Internacional da Paraíba, Paraíba.

² Acadêmica do curso de Graduação em Nutrição, Faculdade Internacional da Paraíba, Paraíba.

³ Mestre em Saúde Coletiva. Professora do curso de Graduação em Nutrição, Faculdade Internacional da Paraíba, Paraíba.



Artigo

que a atividade física e alimentação saudável faz toda a diferença para diminuir o índice de obesidade infantil.

Palavras-chave: Obesidade, criança, nutrição.

ABSTRACT: Introduction: Obesity is a health risk, it is currently treated as an epidemic and that is why the WHO reports that it is a public health case. **Objective:** to identify determinants of overweight and obesity in childhood. **Method:** Inclusion criteria were articles in Portuguese and published in the period from 2015 to 2019, with original articles, transversal studies, ecological studies and cohorts inserted. However, those of exclusion were articles related to animals or adults, from bibliographic review, monographs, case studies and experimental study or that worked other underlying diseases that lead to obesity. In the light of this, the study was carried out through a systematic literary review. **Results:** A quantitative of 9 articles related to nutritional aspects and eating habits of children with obesity and childhood obesity as a public health problem was analyzed. Where it was observed that most of the authors treat obesity as an epidemic, becoming a case of public health, which requires greater care, because it is a disease that brings many harms to the health of the child and that can last until the life affect the quality of life. **Conclusion:** it was evidenced that all studies treat childhood obesity with an alarming and harmful subject in the child's life, which at school is one of the highest rates of weight gain, due to the uncontrolled consumption of ultraprocessed and sugars, which family is the basis of improvement of eating habits and that physical activity and healthy eating makes all the difference to decrease the rate of childhood obesity.

Keywords: Obesity, child, nutrition.

INTRODUÇÃO

A infância é o período de crescimento que vai do nascimento á puberdade, ou seja, do zero aos doze anos de idade. Segundo o Estatuto da Criança e do adolescente (1990), considera-se como criança a pessoa com até doze anos incompletos, enquanto que entre os doze e dezoito anos encontra-se a adolescência. Segundo a convenção sobre os direitos



Artigo

da criança, aprovada pela Assembleia Geral Nações Unidas, em novembro de 1989, "crianças são todas as pessoas menores de dezoito anos de idade".

Para Lins et al. (2014) o termo infância é um termo de difícil definição, pois, pode distinguir com o referencial escolhido, contudo segundo o *Aurélio*, descreve que a infância é o tempo de desenvolvimento do ser humano, que vai do nascimento até a puberdade. A infância é uma etapa em que praticamente tudo pode influenciar ou relacionar com os hábitos e condutas da criança, nesta etapa se forma a personalidade, e se estabelece padrões que serão a base do comportamento da criança na idade adulta (BALABAN; SILVA, 2001).

Os hábitos alimentares não saudáveis fazem com que a criança consuma exageradamente alimentos gordurosos e açucarados, prejudicando assim a qualidade de vida. Cabe aos familiares que impulsionem os filhos a consumirem alimentos saudáveis associados a atividades físicas, precavendo assim futuras doenças, decorrentes do excesso de peso, tais como: hipertensão, intolerância à glicose, diabetes, e dislipidemia, bem como exclusão social, depressão e doenças cardiovasculares (PAZIN et al., 2017).

Estes fatores são decorrentes da grande correria cotidiana dos adultos, onde o tempo é pouco, por isso os alimentos são preparados de forma rápida, principalmente alimentos industrializados prontos para o consumo rápido e prático, esses são os piores, e que afetam de forma gradativa o mal funcionamento do corpo, deixando a criança má alimentada e com o uso contínuo de celulares e redes sociais, fez com que muitos filhos ficassem sedentários, com isso os casos de obesidade infantil só tendem ao crescimento gradativo (OLIVEIRA et al., 2017).

A obesidade é uma doença multifatorial, recidivante e muitas vezes silenciosa, e se não prevenida e cuidada corretamente, tem um impacto devastador na vida do indivíduo, bem como na economia de um País. Para a Organização Mundial da Saúde, a obesidade é definida como o acúmulo excessivo de gordura corporal, que é prejudicial à saúde e considera a obesidade como uma epidemia mundial condicionada principalmente pelo perfil alimentar e de atividade física (OMS, 2013).

No Brasil, o excesso de peso e a obesidade vêm sendo registrados a partir dos cinco anos de idade, em todos os grupos de renda e regiões, sendo mais prevalentes na área urbana do que na rural (IBGE, 2010).

Segundo WARKENTIN et al., 2018, a obesidade é uma questão de saúde pública, considerando o último relatório sobre obesidade infantil da Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2014 cerca de 41 milhões de crianças com menos de cinco anos estavam acima do peso ou obesas.



Artigo

Neste sentido este trabalho objetivou-se em descrever os problemas relacionados a obesidade infantil como problema de saúde pública. Além disso, averiguar os fatores determinantes do sobrepeso e obesidade na infância e identificar o sobrepeso e a obesidade infantil como problema de saúde pública.

MÉTODO

A metodologia utilizada neste estudo é uma revisão literária sistemática, que busca viabilizar os resultados de estudos secundários.

As revisões sistemáticas são consideradas estudos secundários, que têm nos estudos primários sua fonte de dados. Entende-se por estudos primários os artigos científicos que relatam os resultados de pesquisa em primeira mão. Os métodos para elaboração de revisões sistemáticas preveem: (1) elaboração da pergunta de pesquisa; (2) busca na literatura; (3) seleção dos artigos; (4) extração dos dados; (5) avaliação da qualidade metodológica; (6) síntese dos dados (metanálise); (7) avaliação da qualidade das evidências; e (8) redação e publicação dos resultados (GALVÃO; PEREIRA, 2014, p. 183).

Deste modo, a revisão tem com objetivo descrever a obesidade infantil, mediante a pergunta norteadora: Quais produções científicas nacionais abordam a obesidade infantil como problema de saúde pública e seus fatores determinantes? Descrevendo a doença, a população pediátrica, o contexto, a exposição e o desfecho de fatores determinantes e complicadores.

Os estudos foram direcionados a partir das localizações, iniciados pelos descritores: “obesidade infantil”, “nutrição”, “excesso de peso”, “criança”, através da base de dados Scielo e Lilacs, tendo como fatores de combinação os operadores booleanos “AND”, “OR” ou “NOT”, para conseguir chegar num propósito comum.

Considerou-se como critério de inclusão ainda artigos em português e publicados no período de 2015 a 2019, sendo inseridos artigos originais, estudos transversais, estudos ecológicos e coorte.

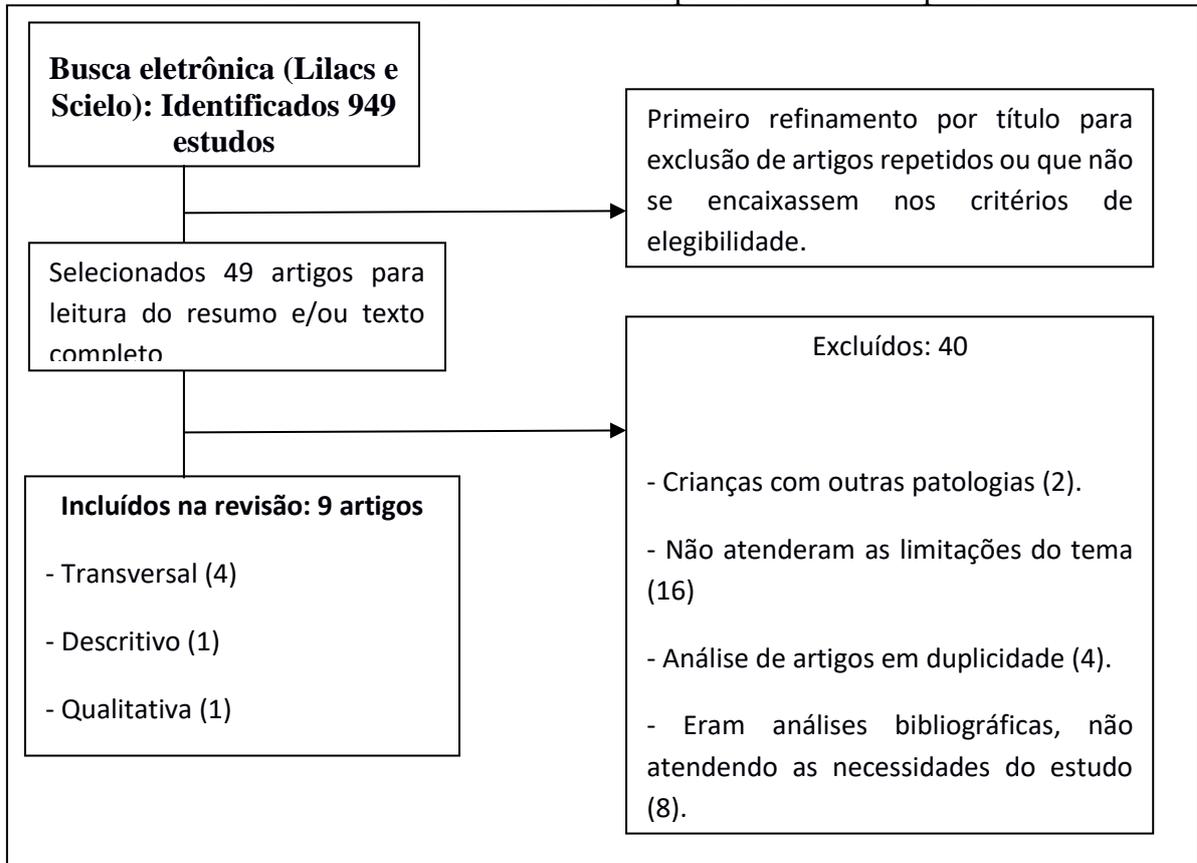
Os de exclusão foram artigos relacionados a animais ou adultos, de revisão bibliográfica, monografias, estudos de caso e estudo experimentais ou que trabalhou



Artigo

outras doenças de base que levam a obesidade. Neste sentido está pesquisa identificou 09 artigos elegíveis, tal qual está disposto na figura 1.

Figura 1. Fluxograma da seleção dos artigos nas bases de dados Scielo e Lilacs para o estudo dos determinantes da obesidade infantil: um problema de saúde pública.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.



Artigo

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos artigos elegíveis pela pesquisa, categorizaram-se dois temas para discussão: aspectos nutricionais e hábitos alimentares de crianças com obesidade e obesidade infantil como problema de saúde pública e obesidade infantil como problema de saúde pública. No quadro 1 estão descritos os aspectos sobre a obesidade correlacionada aos hábitos alimentares, identificados em seis de nove estudos.

Quadro 1. Aspectos nutricionais e hábitos alimentares de crianças com obesidade

AUTOR	OBJETIVO	PRINCIPAIS RESULTADOS
ANJOS; SILVEIRA, 2017	Identificar e descrever o crescimento e o perfil nutricional antropométrico das crianças matriculadas na Rede Nacional de Ensino do Sesc.	- A faixa etária de participação do estudo variou de 3 a 16 anos. Representando 56% de crianças com faixa etária de 5 a 10 anos, 32% até 5 anos e 12% acima de 10 anos. -Os resultados indicaram baixa prevalência de baixa estatura: 1,6% para meninas e 1,3% para meninos. -No entanto, a prevalência de excesso de massa corporal foi encontrado em 30% das crianças, sendo 27,6% em meninas e 32,3% em meninos. - O percentual de obesidade por regiões variou de 13,4% para meninas no sudeste e 17,2% para meninos no nordeste, enquanto o sobrepeso variou de 23,5% para meninas no sudeste e 18,7% para meninos no nordeste.



Temas em Saúde

Volume 20, Número 1

ISSN 2447-2131

João Pessoa, 2020

Artigo

BATISTA; MONDINI; JAIME, 2017	Descrever a experiência no desenvolvimento de ações do Programa Saúde na Escola (PSE) e da alimentação escolar relacionadas à prevenção do excesso de peso no município de Itapevi-SP, Brasil.	- A faixa etária de 5 a 14 anos. -30,6% dos 7.017 escolares apresentaram excesso de peso; -No cardápio oferecido mensalmente aos escolares, no desjejum/lanche da tarde, verificou que 68,4% estava relacionado a alimentos ultra processados, enquanto que no almoço verificou 92,4% de alimentos in natura ou minimamente processados. -Verificou que temas relacionados à alimentação, nutrição e prática de atividade física foram contemplados nas atividades curriculares de 14 escolas.
OLIVEIRA et al., 2017	Estabelecer pontos de corte para o número de passos/dia e min/dia de atividade física com intensidade moderada a vigorosa em relação ao risco do excesso de peso e obesidade infantil e suas respectivas associações.	No geral, 51,4% das crianças foram classificadas como eutróficas e 48,6% com excesso de peso ou obesidade.
PAZIN et al., 2017	Avaliar a associação entre CC aumentada e pressão arterial (PA) elevada em crianças com índice de massa corpórea (IMC) normal.	Uma amostra final de 3417 crianças foi avaliada. A prevalência de PA elevada foi de 10,7%.



DETERMINANTES DA OBESIDADE INFANTIL: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA

DOI: 10.29327/213319.20.1-3

Páginas 77 a 94

Artigo

ESKENAZI et al., 2018	Avaliar a relação entre fatores socioeconômicos e o excesso de peso em escolares da rede pública do município de Carapicuíba (SP, Brasil).	Foram observados índices de excesso de peso e obesidade de 26,7% e 10,8% aos cinco anos, e 21,8% e 8,9% aos 12 anos, respectivamente.
PAIVA et al., 2018	Identificar alterações de IMC em escolares no município de Poços de Caldas-MG-BR, com idades entre 6 a 12 anos, avaliar análises bioquímicas, dados antropométricos e padrão alimentar.	- Foi possível observar ainda uma alta significativamente estatística na ingesta alimentar dando prioridade ao grupo de açúcares.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A obesidade infantil tem caráter alarmante, principalmente em algumas regiões, Anjos e Silveira (2017), informam que diante de uma análise de alunos em caráter nacional, foram detectados os seguintes indícios: que o excesso de massa corporal evidenciado foi de 30%, porém, nas meninas foram de 27,6% e nos meninos de 32,3%, já relacionado a regiões no nordeste ficou identificado como maior percentual de meninos com obesidade infantil.

A carência do nordeste em ter uma alimentação adequada, mesmo sendo uma região de agricultura, muitas pessoas devido a sua correria constante não consegue ter o alimento necessário para os filhos, devido ao excesso de trabalho para manter a família, como também por falta de condições, devido aos fatores socioeconômicos (ANJOS; SILVEIRA, 2007).

Deste modo, nota-se com a análise dos estudos que o sobre peso e a obesidade é algo prevalente em crianças com faixa etária de 5 até 13 anos, levando em consideração a todo tipo de alimentação que as crianças estão ingerindo favorecendo ao aumento de tecido adiposa, sendo assim considerada uma doença de caráter epidemiológico crescente no Brasil e no mundo (LIMA VERDE, 2014; FECHINE et al., 2017; MIRANDA et al., 2015; PAIVA et al., 2018).



Artigo

Eskenazi et al. (2018) e Pazin et al. (2017) afirmam que o sobre peso é o primeiro indicio para uma futura obesidade, principalmente na fase infantil, a mesma não pode ser tratada de forma irrelevante. Diante de todo o contexto descrito por todos os autores, ambos relatam que a obesidade infantil é algo muito sério, que pode levar a complicações futuras, como pressão arterial (PA) alterada, diabetes, problemas cardíacos e obesidade mórbida (ESKENAZI et al., 2018).

A incidência de problemas cardiovasculares em crianças foram citados nos artigos de Oliveira et al. (2017) os quais corroboram com Eskenazi et al. (2018) e Matsudo et al. (2016) onde mostram a grande necessidade da atividade física para melhoria da qualidade de vida.

Diante deste contexto, os índices de sobre peso e obesidade se alteram devido a uma alimentação rica em açúcares e ultraprocessados, destruindo a saúde da criança, a família tem o papel principal de educar da forma correta, indicando alimentos saudáveis que possam melhorar a qualidade de vida de seus filhos. Cabe aos pais atuarem de forma disciplinadora no que diz respeito a alimentação de seus filhos (MATSUDO et al., 2016).

Para Gomes et al. (2017) os fatores sociais podem prejudicar a alimentação de uma criança, Eskenazi et al. (2018) e Motter et al. (2015) corroboram em descrever que os alimentos ultraprocessados prejudicam a saúde e podem levar a doenças decorrentes do seu uso no futuro, como diz Passos et al. (2015) o comportamento alimentar é essencial para uma vida saudável. Os autores Jaime, Prado e Malta (2017); Melzer et al. (2015); Santos et al. (2017) e Warkentin et al. (2018), afirmam que existe uma grande importância da família na conduta alimentar da criança, sendo parte fundamental para o incentivo a hábitos saudáveis.

Os alimentos ultraprocessados e os açúcares são os principais malefícios que ajudam a obesidade infantil perdurar na vida da criança, o meio de convívio social (escola) é o principal vínculo deste tipo de alimento. Cabe aos gestores escolares, aos professores e a família conscientizar as crianças dos benefícios da alimentação saudável, como também fornecer no ambiente escolar o alimento correto. Proibido a venda e entrada de alimentos açucarados e ultraprocessados, são meios preventivos e educativos de minimizar os casos de obesidade infantil (ESKENAZI et al., 2018).

A família tem um papel fundamental tanto no incentivo da conduta alimentar quanto na fiscalização dos alimentos que as crianças consomem isso é um fator essencial, porém, deve-se haver um diálogo para mostrar a grande necessidade destes alimentos na vida da criança associados a atividade física, evitando assim o sedentarismo (WARKETIN et al., 2018).



Artigo

A principal dificuldade da família é manter o controle quando se trata da escola, onde sabe-se que a criança está envolvida por alimentos industrializados que grande teor de açúcar e gorduras, que podem prejudicar os hábitos alimentares das crianças. Alguns autores relataram que na escola há uma grande incidência de consumo desenfreado de crianças consumindo produtos inadequados para uma alimentação saudável, tanto em escolas públicas quanto nas privadas (ANJOS; SILVEIRA, 2017; BATISTA; MONDINI; JAIME, 2017; CRUZ et al., 2017; ESKENAZI et al., 2018; GOMES et al., 2017; MATSUDO et al., 2016; MIRANDA et al., 2015; MOTTER et al., 2015; OLIVEIRA et al., 2017; PAIVA et al., 2018; PASSOS et al., 2015; PAZIN et al., 2017). Contudo, Fachine et al. (2017) descreve que desde do início da vida estudantil, já pode notar casos de crianças com poucos anos nas creches e já com indícios de obesidade infantil.

Decorrente da obesidade vem as enfermidades, diante disto os autores Pazin et al. (2017) e Souza et al. (2017) descrevem os casos existentes de pressão arterial – PA alterada devido ao excesso de peso, identificado em estudos de casos no meio escolar, onde presenciaram a incidência de crianças com PA alta, decorrente da alimentação inadequada e do sedentarismo, propiciando a futuros problemas cardíacos. Já Silva et al. (2016) relata a incidência de glicose elevada no âmbito familiar, onde as famílias deveriam adequar a diminuição de açúcares e alimentos não saudáveis. De forma geral Oliveira et al. (2017) também descreve seu estudo no âmbito educacional onde nota o grande aumento de crianças com sobre peso e obesas.

Para Henriques et al., (2018) a única maneira de prevenir é a família adequar hábitos alimentares saudáveis a conduta alimentar das crianças e incentivando a prática de esportes, favorecendo as atividades físicas e diminuindo o sedentarismo.

Também foi evidenciado que o nível socioeconômico das crianças influenciam muito no que elas se alimentam, prejudicando assim a saúde das referidas, onde muitos nem tem condições de se alimentar bem, comem o que podem, mesmo não sendo alimentos saudáveis e não tem uma pratica esportiva constante. Tudo isso prejudica e sedentariza a criança, a realidade social ainda é um grande bloqueio para melhorar a questão nutricional das crianças em baixa condição financeira (MATSUDO et al., 2016; ESKENAZI et al., 2018).

Deste modo ficou evidenciado neste estudo sistemático que a grande maioria dos artigos tinha faixa etária 6 a 12 anos, contudo, tiveram estudos que não descreveram a obesidade infantil de forma esclarecedora, em outros relataram as análises de estudos de casos em determinados campos tanto no âmbito escolar quanto no domiciliar, porém, nem



Artigo

todos descreveram bem os grandes malefícios das doenças, além do aumento da PA, diabetes e doenças cardíacas ocorrentes com a obesidade infantil.

No quadro 2 estão descritos os aspectos segundo três dos nove estudos observados que direcionam a obesidade infantil como um problema de saúde pública.

Quadro 2. Obesidade infantil como problema de saúde pública.

AUTOR	OBJETIVO	PRINCIPAIS RESULTADOS
LIMA VERDE, 2014	Descrever a obesidade infantil como um mal do século.	Os resultados evidenciam que qualquer intervenção que busque reverter a crescente incidência da obesidade infantil precisa ser trabalhada juntamente com os responsáveis pela aquisição do gênero alimentício: os pais ou responsáveis.
MIRANDA et al., 2015	Diagnosticar e comparar a prevalência de sobrepeso e obesidade em escolares da rede pública (EPU) e privada (EPR).	Os resultados sugerem que, apesar do aumento em todas as classes sociais, o sobrepeso e a obesidade mostram-se mais presentes naqueles com poder econômico maior, verificando-se, portanto, uma relação socioeconômica.
FECHINE et al., 2017	Identificar o conhecimento e a percepção de professores de creches públicas sobre o sobrepeso e a obesidade infantil e as implicações de tais alterações de peso na prática diária.	Os resultados apontaram que os professores apresentaram-se como fortes aliados no desenvolvimento de estratégias que visaram à educação alimentar e ao estímulo de hábitos de vida saudáveis, compreendendo que existe uma correlação positiva entre aluno saudável, peso adequado e alimentação correta.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.



Artigo

O estudo de Lima Verde (2014), concorda com os aspectos da obesidade e trata a mesma como um mal do século XXI, onde os índices de obesidade infantil estão alarmante e podem prosperar para vida adulta, onde até chegar nesta fase muitas pessoas, já tendem a adquirir problemas crônicos, decorrentes do peso excessivo.

Contudo, foi evidenciado neste estudo que condição socioeconômica associada a uma cultura educacional são fatores relevantes que podem auxiliar na obesidade infantil, além de fatores genéticos. Miranda et al. (2015) também corrobora com Eskenazi et al. (2017) quando relata a falta de condições econômicas para que as famílias possam oferecer uma alimentação saudável as crianças, e ainda descreve a grande necessidade de estudos voltados a obesidade infantil e associados as condições socioeconômicas. Já Lima Verde (2014) ainda descreve que os adultos da família são os principais responsáveis pela alimentação adequada das crianças, onde muitos ainda tendem a consumir alimentos que favorecem ao aumento de peso.

Para Fechine et al. (2017) o Brasil passa por uma grande mudança, extremamente radical, saímos dos casos de crianças com desnutrição infantil e atingimos uma incidência de crianças acima do peso e com obesidade, acarretando novas preocupações ao governo.

Diante deste contexto, a obesidade infantil trata-se de um problema de saúde pública, onde deve existir políticas públicas voltadas a promoção a saúde nutricional das crianças. Foi evidenciado que todos os artigos remetem a importância de atentar a obesidade, porém, só alguns descrevem que é algo que acomete de uma forma tão avassalado e que está em crescimento tanto no Brasil quanto no mundo, o grande aumento de casos de obesidade infantil, deste modo, só alguns estudos propuseram a chamada de descrever a obesidade como um grande problema de saúde pública e que deve ser visto com um olhar diferenciado (ESKENAZI et al., 2018; FECHINE et al., 2017; MIRANDA et al., 2015; LIMA VERDE et al., 2014; OLIVEIRA et al., 2017; PAZIN et al., 2017).

Deste modo, Batista, Modini e Jaime (2017) relatam que se torna necessário que existam políticas públicas voltadas ao contexto social da obesidade infantil, principalmente voltada ao ambiente escolar.

Foi evidenciado a grande necessidade de hábitos saudáveis em todos os estudos, sempre pautado pelo apoio familiar, contudo, a fase escolar é um dos focos mais evidentes de aumento de peso, devido as facilidades de alimentos industrializados e de fácil acesso pela criança. Essa avaliação é feita através do Programa Saúde na Escola – PSE, favorecendo a uma promoção de saúde, relatando os malefícios de alimentos consumidos e ressaltando a importância pela troca saudável (BATISTA; MONDINI; JAIME, 2017). Os referidos autores também alertam que as escolas devem manter em seu Projeto Político



Artigo

Pedagógico – PPP seja desenvolvido de forma consciente em relação a saúde estudantil também voltada a obesidade infantil, através de apoio equipes de saúde e programas como o PSE.

Diante de todos os contextos analisados, foi observado grande necessidade de estudos voltados para os programas de nutricionais fornecidos pelo governo, tais como: Política Nacional de Alimentação e Nutrição- PNAN, Promoção da Alimentação Adequada Saudável – PAAS, Políticas Nacionais de Promoção da Saúde – PNPS, Rede de Atenção a Saúde – RAS, Programa Saúde na Escola – PSE, Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, Programa de Aquisição de Alimentos – PPA, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PENAE, Segurança Alimentar Nutricional – SAN (HENRIQUES et al., 2018).

Salientando que só Henriques et al. (2018) relata de forma esclarecedora as políticas públicas voltadas a área nutricional e ao combate da obesidade infantil. Onde diante de vários estudos voltados ao âmbito escolar, foi evidenciada a falta de relatos do PSE (BATISTA; MONDINI; JAIME, 2017). Foi analisada a grande carência de estudos voltados para ações e programas de saúde e de segurança alimentar e nutricional para o enfrentamento da obesidade infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, percebe-se a obesidade como epidemia em crianças, se tratando como um caso de saúde pública, que precisa do apoio da família, fazendo-o o principal estimulador da mudança nos hábitos alimentares, favorecendo a criança de hoje ser um adulto saudável do amanhã. Portanto, cabe a família cuidar dos alimentos dos filhos demonstrando o que vai prejudicar ou não a vida deles, e o que pode acarretar com o uso excessivo de alimentos pobres em nutrientes. Nesse sentido, observou-se que todos os estudos descrevem que obesidade como assunto de saúde pública, em constante análise, porém, ainda existem muitos casos.

Destacando-se que esta é decorrente de uma serie de fatores, porém, os principais é o consumo exagerado de alimentos não saudáveis, tais como: alimentos açucarados e ultraprocessados, associados ao sedentarismo e também de multifatorial, que são fatores ambientais e genéticos que podem ser associados no diagnóstico. Deste modo, a alimentação adequada e a prática de exercícios regularmente pode melhorar a qualidade de vida das crianças, pois, a obesidade traz consigo diversas ocorrências adversas à saúde,



Artigo

contudo, para manter hábitos saudáveis, torna-se difícil dependendo do ambiente social que o indivíduo convive.

Os alimentos consumidos em casa podem não ser os mesmos fornecidos na escola, sabendo que o fato de ingerir algo fora do cotidiano familiar, faz com que as crianças obtenham outros hábitos alimentares, que são propícios para aquisição de excesso de peso, sabendo também que diante de um meio de modernização, onde as crianças vivem interligadas a celulares, efetivando o sedentarismo e não priorizando a atividade física, esses fatores associados potencializam a obesidade infantil, podendo ser intercaladas com problemas cardiovasculares, hipertensão, diabetes, etc.

Sabendo que o ambiente escolar é um fator crucial na alimentação saudável, onde a criança fica vulnerável a diversos alimentos, que podem favorecer no consumo inadequado e por fim no excesso de peso. Para se ter uma noção de índices nutricionais o melhor local para fazer estimativas, ainda é o ambiente escolar, pois, é na escola que é observado os hábitos alimentares que as crianças adquirem ao longo dos anos.

Deste modo, conclui-se que os estudos analisados descrevem que a obesidade pode ser controlada para esse ter o acesso ao método e o profissional correto para uma avaliação e mudar os hábitos alimentares associados à atividade física, eliminando assim as predisposições a futuras enfermidades. Contudo, existe uma carência de estudos mostrando a realidade de mais doenças que tem como principal ocorrência a obesidade infantil, como também de estudos que evidenciem de forma esclarecedora as políticas públicas voltadas para área nutricional e a obesidade infantil.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R.S.; BRITO, D.O.M.; RITTA, H.N.S.S.; PIRES, M.D. Obesidade e dislipidemia na infância: uma revisão sobre a associação de marcadores laboratoriais. **Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública** – Salvador-BA, Brasil, 2018. Disponível em: <http://www.rbac.org.br/artigos/obesidade-e-dislipidemia-na-infancia-uma-revisao-sobre-associacao-de-marcadores-laboratoriais/>. Acesso em: 19 de março de 2019.

ANJOS, L.A.; SILVERIA, W.D.B. Estado nutricional dos alunos da Rede Nacional de Ensino de Educação Infantil e Fundamental do Serviço Social do Comércio (Sesc), Brasil, 2012. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(5):1725-1734, 2017. Disponível em:



Artigo

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232017002501725&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 19 de março de 2019.

BATISTA, M.S.A.; MONDINI, L.; JAIME, P.C. Ações do Programa Saúde na Escola e da alimentação escolar na prevenção do excesso de peso infantil: experiência no município de Itapevi, São Paulo, Brasil, 2014. **Epidemiol. Serv. Saude**, Brasília, 26(3):569-578, jul-set 2017. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2237-96222017000300569&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 19 de março de 2019.

CRUZ, S.H.; PICCININI, C.A.; MATIJASEVICH, A.; SANTOS, I.S. Problemas de comportamento e excesso de peso em pré-escolares do sul do Brasil. **J Bras Psiquiatr.** 2017;66(1):29-37. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0047-20852017000100029&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 19 de março de 2019.

ESKENAZI, E.M.S.; COLETTI, Y.C.; AGOSTINI, L.T.P.; FONSECA, F.L.A.; CASTELO, P.M. Fatores Socioeconômicos Associados à Obesidade Infantil em Escolares do Município de Carapicuíba (SP, Brasil). **R bras ci Saúde** 22(3):247-254, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rbcs/article/view/29758>. Acesso em: 19 de março de 2019.

FECHINE, A.D.L.; MACHADO, M.M.T.; LINDSAY, A.C.; CARDOSO, M.A.; BEZERRA, J.A.B.; ARRUDA, C.A.M. Sobre peso e obesidade infantil: conhecimentos e percepções dos professores de creches públicas. v. 41, n. 1, p. 158-176, jan./mar. 2017. Disponível em: <http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-876950>. Acesso em: 19 de março de 2019.

GOMES, A.T.; NOVAES, T.G.; SILVEIRA, K.C.; SOUZA, C.L.; LAMOUNIER, J.A.; NETTO, M.P.; CAPANEMA, F.D.; ROCHA, D.S. Excesso de peso e fatores associados em pré-escolares do sudoeste da Bahia. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, Recife, 17 (2): 375-383 abr. / jun., 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-38292017000200365&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 19 de março de 2019.



Artigo

HENRIQUES, P.; O'DWYER, G.; DIAS, P.C.; BARBOSA, R.M.S.; BURLANDY, L. Políticas de Saúde e de Segurança Alimentar e Nutricional: desafios para o controle da obesidade infantil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 23(12):4143-4152, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-81232018001204143&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 19 de março de 2019.

JAIME, P.C.; PRADO, R.R.; MALTA, D.C. Influência familiar no consumo de bebidas açucaradas em crianças menores de dois anos. **Rev Saude Publica**. 2017;51Supl 1:13s. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsp/v51s1/pt_0034-8910-rsp-S1518-87872017051000038.pdf . Acesso em: 19 de março de 2019.

LIMA VERDE, S.M.M. Obesidade infantil: o problema de saúde pública do século 21. **Rev Bras Promoç Saúde**, Fortaleza, 27(1): 1-2, jan./mar., 2014. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=737332&indexSearch=ID>. Acesso em: 19 de março de 2019.

MARIZ, L.S.; ENDERS, B.C.; SANTOS, V.Z.P.; TOURINHO, F.S.V.; VIEIRA, C.E.N.K. Causas de obesidade infantojuvenil: Reflexões segundo a teoria de Hannah Arendt. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2015 Jul-Set; 24(3): 891-7. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tce/v24n3/pt_0104-0707-tce-2015002660014.pdf . Acesso em: 19 de março de 2019.

MATSUDO, V.K.R.; FERRARI, G.L.M.; ARAÚJO, T.L.; OLIVEIRA, L.C.; MIRE, E.; BARREIRA, T.V.; TUDOR-LOCKE, C.; KATZMARZYK, PETER. Indicadores de nível socioeconômico, atividade física e sobrepeso/obesidade em crianças brasileiras. **Rev Paul Pediatr**. 2016;34(2):162---170. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rpp/v34n2/pt_0103-0582-rpp-34-02-0162.pdf . Acesso em: 19 de março de 2019.

MELZER, M.R.T.F.; MAGRINI, I.M.; DOMENE, S.M.A.; MARTINS, P.A. Fatores associados ao acúmulo de gordura abdominal em crianças. **Rev Paul Pediatr**. 2015;33(4):437---444. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rpp/v33n4/pt_0103-0582-rpp-33-04-0437.pdf . Acesso em: 19 de março de 2019.



Artigo

MIRANDA, J.M.Q.; PALMEIRA, M.V.; POLITO, L.F.T.; BRANDÃO, M.R.F.; BOCALII, D.S.; FIGUEIRA JÚNIOR, A.J.; PONCIANO, K.; WICHI, R.B. Prevalência de sobrepeso e obesidade infantil em instituições de ensino: públicas vs. privadas. **Rev Bras Med Esporte** – Vol. 21, No 2 – Mar/Abr, 2015. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-86922015000200104&script=sci_abstract&tlng=pt)

[86922015000200104&script=sci_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-86922015000200104&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 19 de março de 2019.

MOTTER, A.F.; VASCONCELOS, F.A.G.; CORREA, E.N.; ANDRADE, D.F. Pontos de venda de alimentos e associação com sobrepeso/obesidade em escolares de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 31(3):620-632, mar, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2015000300620&script=sci_abstract&tlng=pt . Acesso em: 19 de março de 2019.

OLIVEIRA, L.C.; FERRARI, G.L.M.; ARAÚJO, T.L.; MATSUDO, V. Excesso de peso, obesidade, passos e atividade física de moderada a vigorosa em crianças. **Rev Saúde Pública** 2017;51:38. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsp/v51/pt_0034-8910-rsp-S1518-87872017051006771.pdf. Acesso em: 19 de março de 2019.

PAIVA, A.C.T.; COUTO, C.C.; MASSON, A.P.L.; MONTEIRO, C.A.S.; FREITAS, C.F. Obesidade Infantil: análises antropométricas, bioquímicas, alimentares e estilo de vida. **Rev Cuid** 2018; 9(3): 2387-99. Disponível em: <https://revistacuidarte.udes.edu.co/index.php/cuidarte>. Acesso em: 19 de março de 2019.

PASSOS, D.R.; GIGANTE, D.P.; MACIEL, F.V.; MATIJASEVICH, A. Comportamento alimentar infantil: comparação entre crianças sem e com excesso de peso em uma escola do município de Pelotas, RS. **Rev Paul Pediatr**. 2015;33(1):42---49 . Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rpp/v33n1/pt_0103-0582-rpp-33-01-00042.pdf. Acesso em: 19 de março de 2019.

PAZIN, D.C.; ROSANELI, C.F.; OLANDOSKI, M.; OLIVEIRA, E.R.N.; BAENA, C.P.; FIGUEREDO, A.S.; BARANIUK, A.O.; KAESTNER, T.L.L.; GUARITA-SOUZA, L.C.; FARIA-NETO, J.R. Circunferência da Cintura está Associada à Pressão Arterial em Crianças com Índice de Massa Corpórea Normal: Avaliação Transversal de 3417 Crianças Escolares. **Arq Bras Cardiol**. 2017; 109(6):509-515. Disponível em:



Artigo

http://www.arquivosonline.com.br/2017/aop/AOP_8642.pdf . Acesso em: 19 de março de 2019.

SANTOS, D.F.B.; STRAPASSON, G.C.; GOLIN, S.D.P.; GOMES, E.C.; WILLE, G.M.F.C.; BARREIRA, S.M.W. Implicações da pouca preocupação e percepção familiar no sobrepeso infantil no município de Curitiba, PR, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(5):1717-1724, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232017002501717&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 19 de março de 2019.

SILVA, K.C.; NOBRE, L.N.; VICENTE, S.E.C.F.; MOREIRA, L.L.; LESSA, L.L.M.A.C.; LAMOUNIER, J.A. Influência do índice glicêmico e carga glicêmica da dieta sobre o risco de sobrepeso e adiposidade na infância. **Rev Paul Pediatr**. 2016;34(3):293---300. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rpp/v34n3/pt_0103-0582-rpp-34-03-0293.pdf . Acesso em: 19 de março de 2019.

SOUZA, C.B.; DOURADO, C.S.; MILL, J.G.; SALAROLI, L.B.; MOLINA, M.C.B. Prevalência de Hipertensão em Crianças de Escolas Públicas. **International Journal of Cardiovascular Sciences**. 2017;30(1):42-51. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ijcs/v30n1/pt_2359-4802-ijcs-30-01-0042.pdf . Acesso em: 19 de março de 2019.

WARKENTIN, S.; MAIS, L.A.; LATORRE, M.R.D.O.; CARNELL, S.; TADDEI, J.A.A.C. Fatores associados à subestimação do status do peso da criança pelos pais. **J Pediatr** (Rio J). 2018;94(2):162---169. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0021-75572018000200162&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 19 de março de 2019.

